

# Desigualdades Regionais

 [medium.com/o-veterano/desigualdades-regionais-80045ad4e0d2](https://medium.com/o-veterano/desigualdades-regionais-80045ad4e0d2)

27 de maio de  
2020



Favela da Rocinha — : . CC

## Anatomia das suas causas e consequências



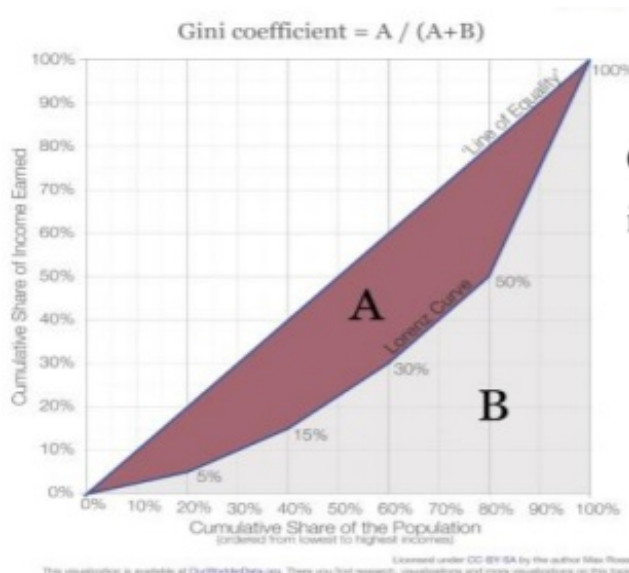
A desigualdade de renda é um tema que só passou a ser estudado pela economia recentemente, em meados da década de 90. Hoje, já se tornou um dos principais temas de pesquisa de instituições multilaterais como OCDE, Banco Mundial, Banco Interamericano, FMI, dentre outras. De acordo com [Branko Milanovic](#), autor de , o motivo para isso é que os economistas estavam muito presos às questões de equilíbrio geral onde preços e renda são tidos como exógenos ao modelo. Isso teria os afastado de se perguntar o que estaria determinando os preços praticados, bem como os níveis de

renda de uma região. Para ele, além da crescente preocupação com o tema, a maior acessibilidade aos microdados foi um fator que contribuiu muito para o desenvolvimento da área.

A ciência econômica busca estudar o tema partindo da microeconomia aplicada<sup>1</sup>, que utiliza microdados e modelos de bem-estar social para derivar indicadores de desigualdade de renda. No Brasil, os dados utilizados são da PNAD e do Censo Demográfico coletados pelo IBGE, mas também é cada vez mais comum o uso de dados de tributação da Receita Federal.

A mensuração da desigualdade pode ser feita tanto ao nível intranacional quanto ao nível internacional e utilizando indicadores como coeficientes e plotagem de gráficos. Dentre os mais famosos medidores de desigualdade estão o índice de Gini e a Curva de Lorenz.

Atualmente, o Brasil é um dos países mais desiguais no mundo, ocupando a 9ª posição no ranking do Banco Mundial. Os mais ricos têm renda 34 vezes superior à metade mais pobre, sendo observada a maior taxa de desigualdade na zona rural do país. Esse fato se reflete no precário acesso à educação, à saúde e à infraestrutura, como energia e saneamento básico. Sem contar com a questão do acesso à cidadania, isto é, participação nas questões políticas e na construção das instituições democráticas.



Fonte: Site do

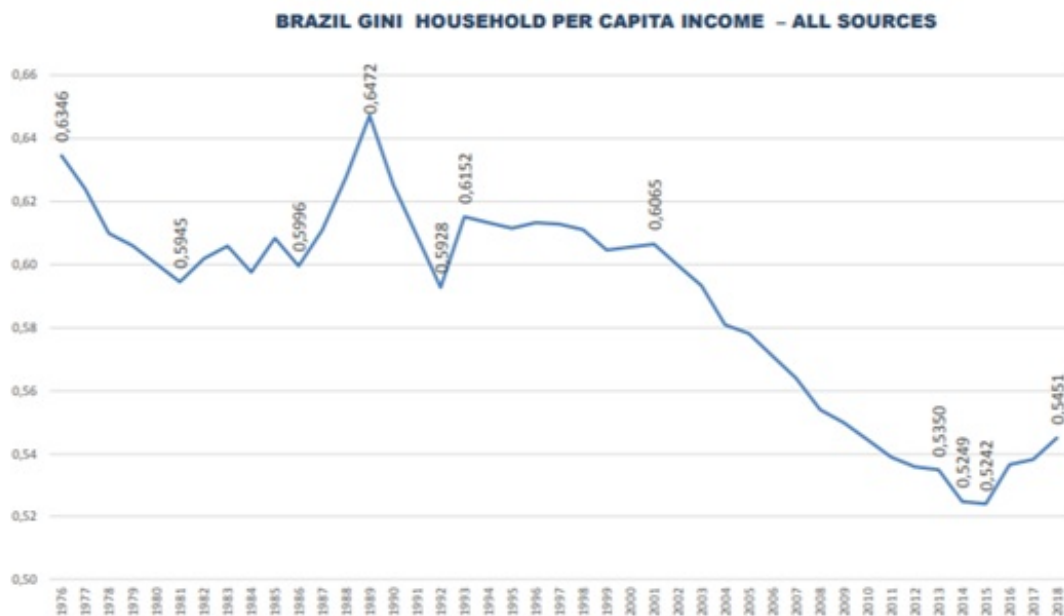
Caio Prado Jr., em 'A formação do Brasil' destaca que "A colonização do território (...) se iniciou por motivações comerciais". Isto é, com intuito de exploração da terra e de seus recursos minerais e vegetais. A composição étnico-social no período escravocrata era de 80% de escravos negros e o restante composto por homens livres, brancos em sua maioria. Isso significa uma massa demográfica vivendo na miséria aliada a uma massiva concentração de poder político na mão de uma pequena elite agrária.

Partindo deste ponto, Engerman e Sokoloff, historiadores econômicos, argumentam que nas colônias da América do Sul essa desigualdade de poder político foi decisiva na construção das instituições políticas chamadas extrativas<sup>1</sup>, bem como na determinação das políticas a serem realizadas. Políticas fundiárias também tiveram seu papel para instaurar esse quadro no Brasil, tendo como exemplos a concessão de sesmarias e a criação da Guarda Nacional que estimulou o surgimento dos Coronéis nas regiões interioranas do país, contribuindo assim para a assimetria de poder político nessas localidades.

Engerman e Sokoloff argumentam ainda que colônias com alta desigualdade possuíam menor acesso às oportunidades econômicas e tinham menor orientação ao investimento em bens e infraestrutura públicos. O investimento em capital humano, por exemplo, foi extremamente deficitário ao longo da história brasileira.

Vale ressaltar que as regiões Norte, Nordeste e Sudeste tinham em sua matriz econômica a presença de latifúndios, o que possibilitou o processo aqui retratado pelos historiadores econômicos. Contudo, o Sudeste se industrializou e acumulou uma maior renda per capita, o que, dentre outros fatores, permitiu que se distanciasse das outras regiões. A ocupação do Sul, por outro lado, se deu primordialmente através dos imigrantes europeus e seus minifúndios, enquanto o Centro-Oeste só foi ocupado de fato mais tardiamente, quando a configuração econômica do país já era outra.

Esse processo histórico de concentração de poder e a forma como ocorreu a ocupação do território deixam marcas e cicatrizes até hoje na estrutura socioeconômica do país. Aqui se fala sobre seus efeitos na educação, saúde e acesso à infraestrutura.



Source FGV Social from PNAID and PNAIDC/IBGE microdata - Harmonized PNAID 2004-2015 guided

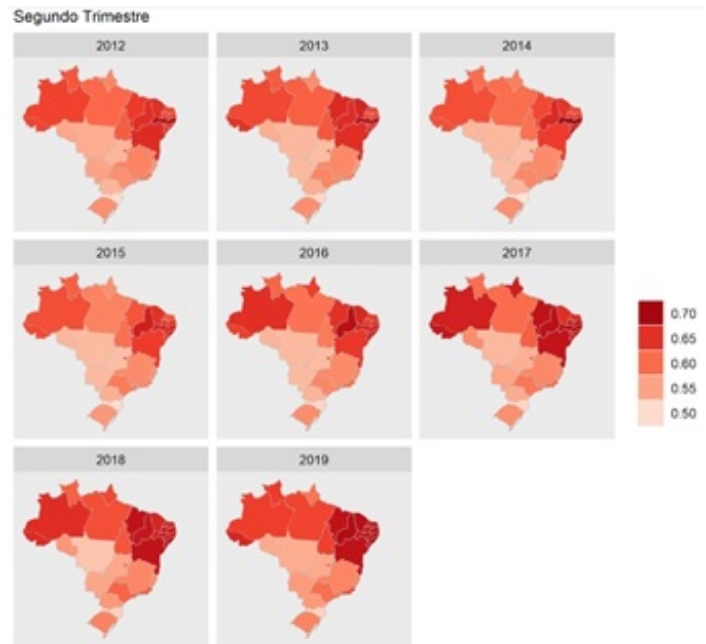
Fonte: Artigo de Bernardo Esteves e Daniel Duque no

O índice de Gini, mencionado anteriormente e para o qual valores mais próximos de 1 implicam maior desigualdade, nos mostra a seguir como a desigualdade variou no país de 1976 até 2018 e, também, como ela é díspar quando se comparam as regiões. Isto é, as regiões Norte e Nordeste são nitidamente mais desiguais que as regiões Sul e Sudeste, sendo a região Centro-Oeste a menos desigual, mas também a menos populosa.

Como bem argumentaram Engerman e Sokoloff, as regiões das colônias com alta desigualdade social e concentração de poder político acabariam por não ter investimento em educação. Hoje, colhemos os frutos podres de uma elite que se apoderou do Estado à época. Basta olhar as notas brasileiras no PISA<sup>1</sup> e no IDEB<sup>1</sup>. O

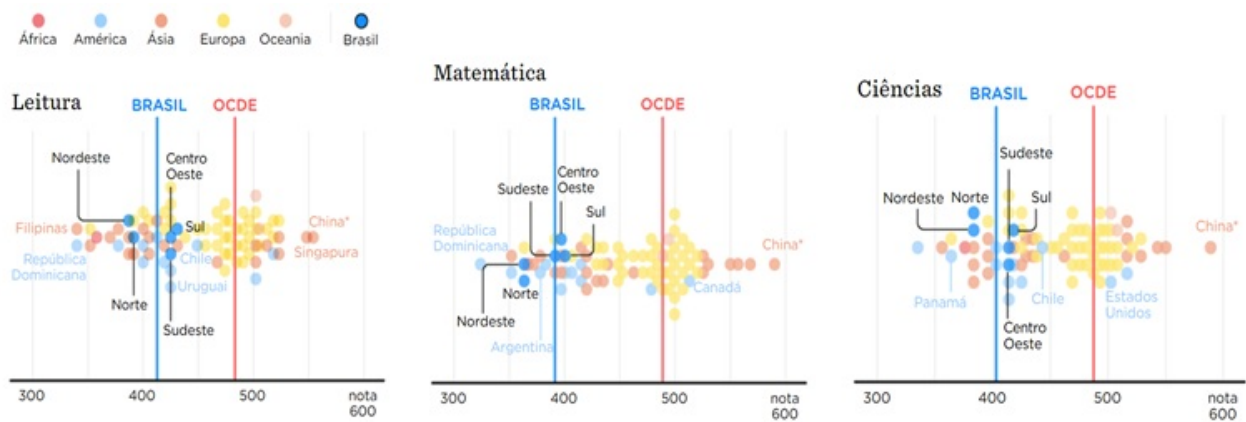


primeiro exame serve de comparação internacional, enquanto o segundo mostra as disparidades ao nível regional.



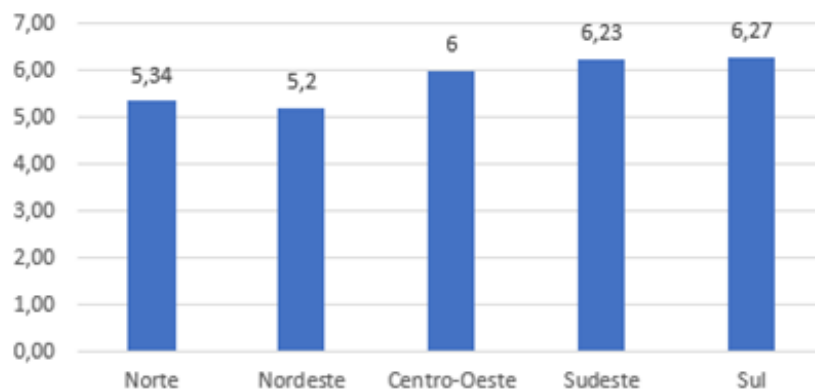
Fonte: Microdados da PNAD Contínua

Fonte: rtigo de Bernardo Esteves e Daniel Duque no



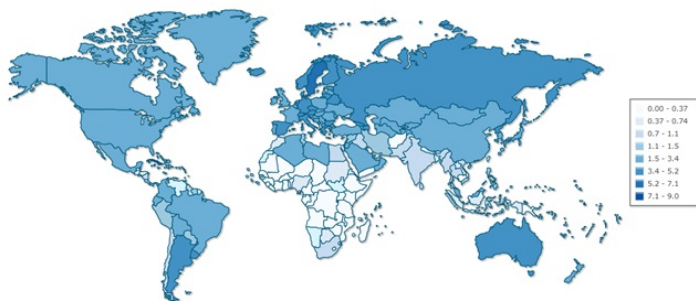
Fonte:

## IDEB 2017 por Região do Brasil

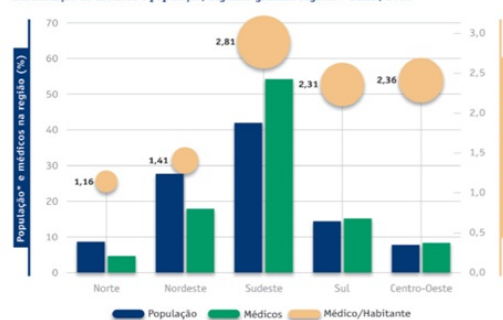


Fonte: Dados do INEP elaborados pelo Autor

Contudo, nem só de livros e salas de aula vive um povo: é preciso que se tenha cuidados com a saúde, afinal ninguém estuda nem trabalha se não estiver em boas condições. Uma forma de avaliar o acesso à saúde de um país é através da demografia de médicos, isto é, a quantidade de médicos por habitante. Apesar do Brasil possuir atualmente uma razão médico/habitante semelhante aos países ricos — ou seja, de alto PIB *per capita*, quando analisado do ponto de vista regional pode-se observar novamente as disparidades que existem no território nacional no que se refere ao acesso aos serviços médicos.



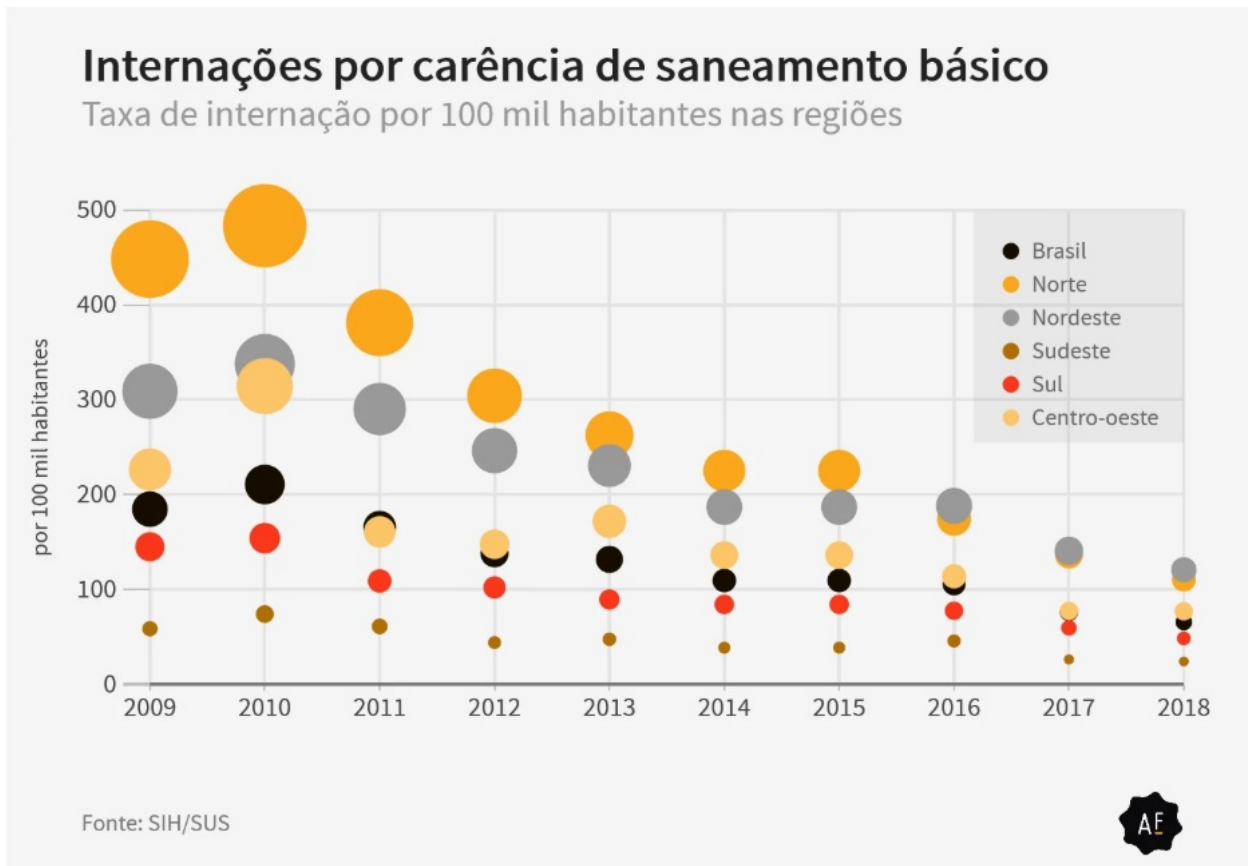
Distribuição de médicos e população, segundo grandes regiões – Brasil, 2018



Nota: nesta análise foi usado o número de registros de médicos. Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2018.

Fontes: Dados do ;

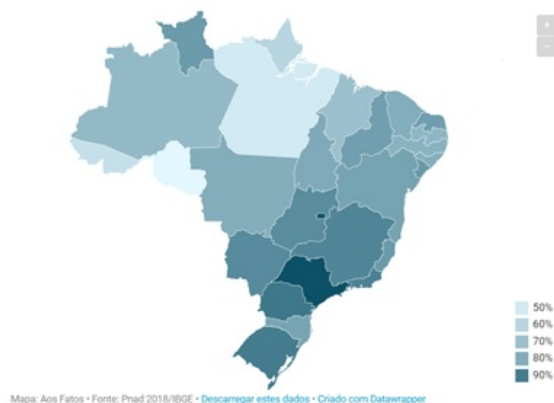
Além disso, podemos ver que essa questão da saúde está correlacionada com a ausência de serviços de saneamento básico. Isto é, a ausência da prestação de tais serviços em diversas localidades do Brasil gera um ambiente propício para a disseminação de doenças como febre Tifoide, Cólera e Hepatite A.



Fonte: Matéria sobre Saneamento do

A ausência de saneamento básico, considerando de forma simplificada apenas a prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto, varia de acordo com as regiões brasileiras, acompanhando novamente o padrão da desigualdade social por região do país.

Domicílios cuja principal fonte de água era a rede geral de abastecimento em 2018 (em %)



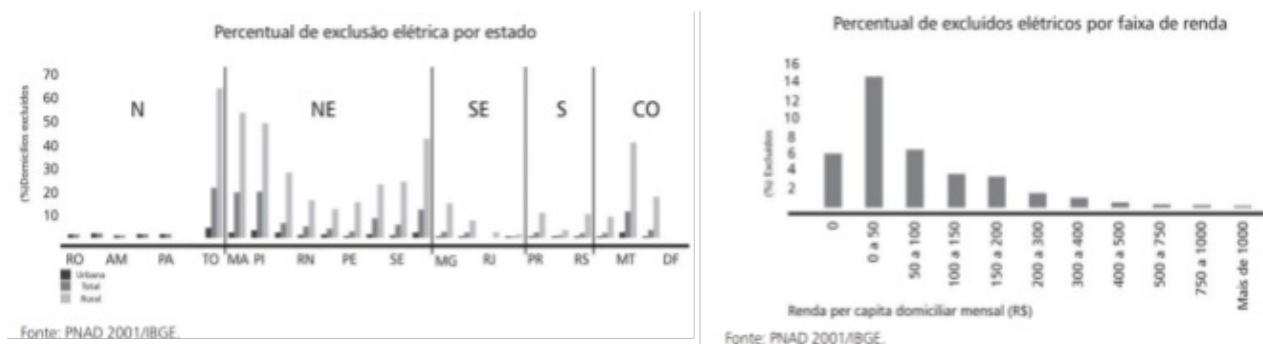
Domicílios com coleta de esgoto pela rede geral em 2018 (em %)



Fonte: Matéria sobre Saneamento do

É verdade, inclusive, que localidades com acesso reduzido ou nulo aos serviços de saneamento básico também sofrem com a ausência de oferta de outros elementos infraestruturais, como é o caso da energia elétrica. Para o economista Marcelo Neri, a exclusão energética é um problema regional do país. Isso é, locais onde não há atendimento são, na maior parte dos casos, menos densamente povoados, sendo a combinação de meio rural com baixa renda *per capita* a condição que dá maior

probabilidade de haver falta de oferta de energia elétrica. Note ainda que essa exclusão energética se dá pela falta de infraestrutura para a distribuição energética, uma vez que, como não há renda para pagá-la, é operacionalmente inviável estabelecer o serviço nessas localidades. Apesar dos seguintes dados serem relativamente antigos, são visíveis as desigualdades regionais no que tange à oferta de eletricidade. Por mais que com o tempo o acesso tenha aumentado, a falta de oferta ainda segue esse padrão de exclusão por região.



Fonte: Artigo 'A exclusão no acesso aos serviços de energia elétrica no Brasil'

Fica claro ao leitor que há, pelo menos, uma correlação entre a forma como as diferentes regiões do território nacional foram ocupadas e a desigualdade de renda hoje observada em tais localidades. Fica evidente também, para não usar o argumento forte da causalidade, que a desigualdade de renda traz consigo males como péssima educação, péssimo acesso à saúde e péssimas condições de vida, como não ter energia elétrica nem saneamento básico em casa.

## Soluções?

Para [Kuznets](#), basta haver crescimento econômico. [Thomas Piketty](#) sugere taxar os ricos para reduzir disparidades de renda, [Esther Dufflo](#) e [Abhijit Banerjee](#) propõem para testar políticas eficazes aos mais vulneráveis, mais recentemente se têm falado do .

A desigualdade socioeconômica brasileira talvez fosse mais fácil de ser combatida se passássemos a nos incomodar mais com ela e entendêssemos que só teremos o tão almejado bem-estar social quando o bem-estar de todos for uma preocupação de cada um. De fato, não há como voltar e fazer um novo começo, mas quem sabe nós, da nova geração de economistas, não possamos começar agora e fazer um novo fim?

## Referências:

PRADO JR., Caio; Formação do Brasil-Sentido da Colonização;págs 7-21

ENGERMAN, Stanley e Kenneth SOKOLOFF. Colonialism, Inequality, and Long-Run Paths of Development

ESTEVES, Bernardo; DUQUE, Daniel; Desigualdade de renda no Brasil sob uma perspectiva estadual e regional; Blog do IBRE

LOPES FERREIRA, Lincoln; Demografia Médica 2018: número de médicos aumenta e persistem desigualdades de distribuição e problemas na assistência.

DANNI, Luciano; FARIAS, Regina Cláudia; DE SOUZA, Paulo Cesa; LOUZADA, Jose Ricardo; BAPTISTA, Pedro Antônio; BERNARDES, Sandro Henrique; A exclusão no acesso aos serviços de energia elétrica no Brasil

NERI, Marcelo. Auditoria sobre a tarifa social. Brasília, 2002. Apresentação no Painel de Referência para a Auditoria sobre a Tarifa Social no Tribunal de Contas da União

## Discover Medium

---

Welcome to a place where words matter. On Medium, smart voices and original ideas take center stage - with no ads in sight. [Watch](#)

## Make Medium yours

---

Follow all the topics you care about, and we'll deliver the best stories for you to your homepage and inbox. [Explore](#)

## Become a member

---

Get unlimited access to the best stories on Medium — and support writers while you're at it. Just \$5/month. [Upgrade](#)